

218. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de rescisão judicial do CONTRATO por culpa do PODER CONCEDENTE, será equivalente à encampação, implicando tal pagamento feito em quitação automática da obrigação quitada do PODER CONCEDENTE perante a CONCESSIONÁRIA.

219. Este CONTRATO também poderá ser rescindido por consenso entre as PARTES, que compartilharão os gastos e as despesas decorrentes da referida rescisão contratual.

220. Quando do pedido de rescisão por parte da CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE:

- a. Exigir uma motivação razoável para o pedido de rescisão;
- b. Assumir a execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, ou promover novo certame licitatório e adjudicar um vencedor antes de rescindir a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA anterior;
- c. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão, até o limite do saldo vincendo dos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no CONTRATO.

221. O limite do desconto concedido desobriga a CONCESSIONÁRIA de efetuar os pagamentos das multas pertinentes e demais valores devidos ao PODER CONCEDENTE, devendo este último efetuar a cobrança utilizando os meios previstos neste CONTRATO e na legislação vigente.

CLÁUSULA 39ª – DA ANULAÇÃO DO CONTRATO

222. O CONTRATO poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracteriza vício insanável.

223. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de anulação do CONTRATO, será calculada na forma da CLÁUSULA DE ENCAMPAÇÃO, podendo ser paga diretamente aos financiadores da CONCESSIONÁRIA e implicando tal pagamento feito em quitação automática da obrigação quitada do PODER CONCEDENTE perante a CONCESSIONÁRIA. A indenização não será devida se a CONCESSIONÁRIA tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade for-lhe imputada de forma exclusiva.

224. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista no item acima, até o limite do saldo vincendo dos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no CONTRATO.

225. O limite do desconto concedido não desobriga a CONCESSIONÁRIA de efetuar os pagamentos das multas pertinentes e demais valores devidos ao PODER CONCEDENTE, devendo este último efetuar a cobrança utilizando os meios previstos neste CONTRATO e na legislação vigente.

CLÁUSULA 40ª – DA FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

226. Na hipótese de extinção do CONTRATO por falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

227. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista no item acima, até o limite do saldo vincendo dos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no CONTRATO.

228. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da CONCESSIONÁRIA falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens reversíveis, e se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CAPÍTULO XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 41ª – DO ACORDO COMPLETO

229. A CONCESSIONÁRIA declara que o CONTRATO e os seus ANEXOS constituem a totalidade dos acordos que regulam a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou a CONCESSIONÁRIA, incluindo o seu financiamento.

CLÁUSULA 42ª – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

230. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:

- a. Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- b. Por correio registrado, com aviso de recebimento; e
- c. Por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.

231. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços, números de fax e endereço eletrônico, respectivamente:

a. PODER CONCEDENTE: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DE QUIXERAMOBIM, localizada à _____ . CEP: _____

b. CONCESSIONÁRIA: (endereço), (número de fax) e (endereço eletrônico).

232. Qualquer das PARTES poderá modificar o seu endereço, número de fax e endereço eletrônico, mediante comunicação à outra PARTE, nos moldes ora preconizados.

CLÁUSULA 43ª – DA CONTAGEM DE PRAZOS

233. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

234. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e se contar o último.

235. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE, prorrogando-se para o próximo dia útil nos casos em que a data de início ou vencimento cair em dia que não há expediente.

CLÁUSULA 44ª – DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

236. Se qualquer das PARTES permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas ou condições deste CONTRATO e de seus ANEXOS, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

237. Em qualquer hipótese, não estará configurada novação ou mesmo renúncia a direitos, tampouco defeso o exercício posterior destes.

CLÁUSULA 45ª – DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS

238. Cada disposição, cláusula, item e alínea deste CONTRATO constitui um compromisso independente e distinto.

239. Sempre que possível, cada disposição deste CONTRATO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

240. Caso alguma das disposições deste CONTRATO seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexecutável por decisão judicial, deverá ser julgada separadamente do restante do CONTRATO e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das PARTES, observando-se os limites da lei. Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas.

CLÁUSULA 46ª – DO FORO

241. Fica eleito o foro da Comarca de Quixeramobim, Estado do Ceará, para dirimir qualquer controvérsia entre as PARTES decorrentes do CONTRATO, que não esteja sujeita ao procedimento arbitral e para a execução da sentença arbitral e atendimento de questões urgentes.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente CONTRATO, as PARTES o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Quixeramobim, ____ de ____ de ____.

PARTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

RAZÃO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA

(Nome(s) do(s) representante(s) da SPE)

(qualificação dos diretores, acionistas ou administradores)

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:
RG:

Nome:
CPF/MF:
RG:



ANEXO III
Modelo de Cartas e Declarações

ProDISC PPP Usinas Fotovoltaicas
Município de Quixeramobim

Modelagem

Quixeramobim, ____ de ____ de 2019

MODELO 1 - Carta de Apresentação da Proposta Técnica

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...],[...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...]·[...]–[...].

CONCORRÊNCIA N° [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, vem, pela presente, submeter à apreciação de V. Sas. sua PROPOSTA TÉCNICA para execução do OBJETO da LICITAÇÃO, elaborada conforme o EDITAL.

Os demais requisitos constantes no EDITAL seguem anexos.

A proposta ora apresentada será mantida válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da entrega dos envelopes.

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:



MODELO 2 - Carta de Apresentação da Proposta Comercial

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...], [...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...]·[...]–[...].

CONCORRÊNCIA Nº [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, vem, pela presente, submeter à apreciação de V. Sas. sua PROPOSTA COMERCIAL, para execução do OBJETO da LICITAÇÃO, elaborada conforme o EDITAL.

Propomos, como valor atual pago pelo PODER CONCEDENTE para cada PARCELA REMUNERATÓRIA MENSAL, o valor de R\$ (por extenso).

O valor apresentado acima considera como data-base o dia [...]

Declaramos, expressamente, que:

- I. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação e temos pleno conhecimento do local e das condições e exigências de execução dos trabalhos.
- II. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições

estabelecidas no CONTRATO e seus ANEXOS.

- III. Manteremos válida a PROPOSTA COMERCIAL pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de entrega dos envelopes.
- IV. Temos pleno conhecimento do local e das condições de execução dos trabalhos e utilizaremos as equipes técnica e administrativa e os equipamentos que forem necessários para a perfeita execução dos serviços e obras objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos prazos programados.
- V. Comprometemo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, sempre que assim seja necessário para manter níveis adequados dos indicadores de qualidade da disponibilidade e de desempenho ou quando seja exigido pelo PODER CONCEDENTE.
- VI. Na execução dos serviços observaremos, rigorosamente, as especificações das normas legais e regulamentares brasileiras, bem como as recomendações e instruções do PODER CONCEDENTE, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com as especificações e os padrões do PODER CONCEDENTE.
- VII. Comprometemo-nos a efetuar todos os investimentos necessários à execução do OBJETO, ao suprimento e montagem dos bens, equipamentos e instalações de sua obrigação, como estabelecido no CONTRATO.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- VIII. A proposta foi elaborada de maneira independente [pelo LICITANTE/CONSÓRCIO], e que o conteúdo da presente proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de

qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

- IX. A intenção de apresentar a presente proposta não foi informada, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente LICITAÇÃO, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- X. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente LICITAÇÃO quanto a participar ou não da referida LICITAÇÃO.
- XI. Que o conteúdo da presente proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do OBJETO da LICITAÇÃO.
- XII. Que o conteúdo da presente proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de órgão licitante antes da abertura oficial das propostas.
- XII. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

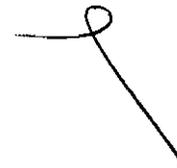
Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:



MODELO 3 - Carta de Apresentação da Documentação de Habilitação

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...], [...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...]·[...]–[...].

CONCORRÊNCIA N° [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, encaminha a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO contendo: (enumerar a documentação).

Fica a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO autorizada a conduzir diligências para verificar as declarações, documentos e informações apresentadas, e a buscar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários para elucidar informações contidas nos documentos apresentados, bem como autoriza quaisquer empresas, entidades e/ou instituições mencionadas em qualquer documento, a fornecer toda e qualquer informação e/ou declaração solicitada pelo PODER CONCEDENTE.

O LICITANTE:

1. Compromete-se a informar de imediato, ao PODER CONCEDENTE, por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, a ocorrência de qualquer fato que possa comprometer ou impedir a sua habilitação até a homologação da LICITAÇÃO.

- II. Declara não infringir o disposto nos documentos e condições de habilitação do EDITAL, sendo que, portanto, reconhece cumprir plenamente os requisitos de habilitação exigidos, sob as penalidades cabíveis, bem como que reconhece que o PODER CONCEDENTE poderá rejeitar fundamentadamente quaisquer documentos e informações submetidos pelo LICITANTE.
- III. Declara que, em sendo habilitado, está sujeito à confirmação de toda e qualquer informação submetida à apreciação do PODER CONCEDENTE, por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
- IV. Declara conhecer que o PODER CONCEDENTE poderá anular ou revogar a LICITAÇÃO, sem que caiba ao(s) LICITANTE(S) indenização(ões) de qualquer espécie e a qualquer título.
- V. Declara que as informações e declarações contidas em todos os documentos que integram este ENVELOPE nº 4 são completas, verdadeiras e corretas em cada detalhe.
- VI. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO será imediatamente informada a respeito de qualquer ocorrência ou fato que possa comprometer ou impedir a habilitação até a homologação da LICITAÇÃO.

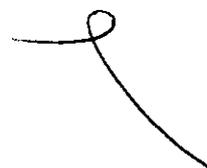
Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:



MODELO 4 - Declaração do licitante que não tenha constituído a SPE quando da realização da Licitação

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...],[...]º andar, , Bairro [...]-[...] - CE, CEP [...].[...] - [...].

CONCORRÊNCIA Nº [...] / 2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, declara, para fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao previsto no EDITAL que:

- I. Compromete-se a constituir, caso seja ADJUDICATÁRIO, SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) para a assinatura do CONTRATO, segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, no Município de [...], Estado do Estado do Ceará.
- II. Até o final do primeiro ano de vigência do CONTRATO, organizará a SPE no formato de sociedade anônima, e que a abertura de seu capital será feita na forma prevista no CONTRATO.
- III. O objeto social da SPE a ser constituída restringir-se-á, exclusivamente, à participação na LICITAÇÃO e à execução do objeto do CONTRATO, o que deverá estar contemplado em seus atos constitutivos.
- IV. Compromete-se a, a partir da data de assinatura do CONTRATO, integralizar o capital

social mínimo da SPE no valor e condições previstos na CLÁUSULA 8ª – DA FINALIDADE E DO CAPITAL SOCIAL, nos termos do CONTRATO.

V. Compromete-se a adotar, na SPE, os padrões de governança corporativa e de contabilidade, e de elaboração de demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do artigo 9º, § 3º a Lei Federal n.º 11.079/2004, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações posteriores) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

VI. Tem ciência de que, durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, as transferências do controle acionário da SPE e da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA dependerão de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sob pena de caducidade, nos termos do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.987/1995 e do CONTRATO.

Em se tratando de CONSÓRCIO, todas as empresas consorciadas devem comprometer-se a constituir a SPE, observadas as condições apresentadas nas PROPOSTAS, bem como a participação de cada uma das empresas no CONSÓRCIO.

Local:

Data:

Representante legal (assinatura com firma reconhecida):

RG:

CPF:



MODELO 5 - Declaração de Conhecimento dos Termos do Edital

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...], [...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...]–[...]–[...].

CONCORRÊNCIA N° [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, declara que tomou conhecimento da integridade do EDITAL inclusive as manifestações de esclarecimento da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO que lhe foram anexadas, e que tem pleno conhecimento do seu conteúdo e determinações.

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:

**MODELO 6 - Declaração de Inexistência de Empregados Menores e de Fatos
Supervenientes e Impeditivos para a Contratação**

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...],[...]º andar, , Bairro [...]-[...] - CE, CEP [...].[...] - [...].

CONCORRÊNCIA Nº [...] / 2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, declara que:

I. Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no tocante à observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, atinentes à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendizes, a partir dos 14 (catorze) anos.

II. Até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua contratação e que:

a) Não foi(ram) declarado(s) inidôneo(s) por ato do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

b) Não se encontra(m) sob processo de falência ou concordata.

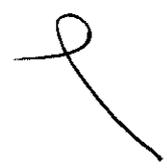
- c) Não está(ão) impedido(s) de transacionar com a administração pública municipal ou qualquer das suas entidades de administração direta.
- d) Não foi(ram) apenado(s) com rescisão do CONTRATO quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, nos termos e sob as penas da Lei.

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)



**MODELO 7 - Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de
Renúncia de Reclamação por Via Diplomática**

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...],[...]º andar, , Bairro [...]-[...] - CE, CEP [...].[...] - [...].

CONCORRÊNCIA N° [...]/2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

Em atendimento às exigências de habilitação jurídica do EDITAL, o (LICITANTE), (qualificação), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), declara, para os devidos fins, sua formal e expressa submissão à legislação brasileira e renúncia integral de reclamar, por quaisquer motivos de fato ou de direito, por via diplomática.

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:



MODELO 8 - Modelo de Procuração para Licitante Estrangeiro

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...],[...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...].[...]–[...].

CONCORRÊNCIA Nº [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

Pelo presente instrumento de mandato, o (LICITANTE), (qualificação), doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. (nome), (qualificação), para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

1. Representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº [...] /2018, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor

recursos.

II. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante.

III. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância me perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação.

IV. Receber citação para ações judiciais.

V. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de validade até a assinatura do CONTRATO.

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:



MODELO 9 - Modelo de Declaração de Equivalência de Documento

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...],[...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...]·[...]–[...].

CONCORRÊNCIA N° [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

Em atendimento à habilitação jurídica do LICITANTE estrangeiro previsto no EDITAL em referência, o (LICITANTE), (qualificação), por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que os documentos abaixo indicados do país de origem da empresa (nome e qualificação) são equivalentes aos documentos exigidos no EDITAL.

Descrição do documento do país de origem	Documento exigido no Edital	Item do Edital em que o documento é exigido
país de origem		documento é exigido
		documento é exigido

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF:

MODELO 10 - Modelo de Declaração de Não Equivalência de Documento

À Comissão Permanente de Licitação

Rua [...], nº [...], [...]º andar, , Bairro [...]–[...]– CE, CEP [...]–[...]–[...].

CONCORRÊNCIA N° [...] /2019 -

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

Em atendimento à habilitação jurídica do LICITANTE estrangeiro previsto no EDITAL em referência, o (LICITANTE), (qualificação), por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que os documentos abaixo indicados exigidos no EDITAL não possuem documento equivalente no país de origem da empresa (nome e qualificação).

Documento exigido no Edital que não possui documento equivalente no país de origem	Item do Edital em que o documento é exigido
de origem	
não possui documento equivalente no país de origem	
não possui documento equivalente no país de origem	



--	--

Local:

Data:

Representante Legal: (assinatura com firma reconhecida)

RG:

CPF: